



7º Encontro Internacional de Política Social
14º Encontro Nacional de Política Social
Contrarreformas ou Revolução:
respostas ao capitalismo em crise
Vitória (ES, Brasil), 03 a 06 de junho de 2019

Eixo: Serviço social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Notas sobre as primeiras assistentes sociais de Pernambuco (1940 – 1950)

Resumo

O presente artigo visa apresentar notas históricas acerca da emergência do Serviço Social em Pernambuco, a partir da participação das primeiras assistentes sociais do estado e suas atuações para formação profissional. Trata-se do processo de renovação do Serviço Social nessa particularidade e das contribuições formativas que envolveram as pioneiras do Serviço Social de Pernambuco. A pesquisa fez uso de estudos bibliográficos, livros, teses e artigos, que abordam a prática do Serviço Social no Brasil e em Pernambuco, e, como fonte documental, do acervo da Escola de Serviço Social de Pernambuco (ESS/PE). O texto está organizado em dois eixos: Serviço Social no Brasil e sua condição de profissão tipicamente feminina; e as pioneiras do Serviço Social em Pernambuco.

Palavras-chave: Serviço Social; Formação profissional; Pernambuco.

Notes on the first social workers of Pernambuco (1940 - 1950)

Abstract

This article aims to present historical notes about the emergence of Social Work in Pernambuco, from the first state's social workers and their actions for professional formation. It is about the renewal process of Social Work in this particular issue and the contributions that involved Social Work pioneers in Pernambuco. The research used bibliographic studies, books, thesis and articles that discourse Social Work practice in Brazil and in Pernambuco, and, as a documental source, the Social Work School collection. The text is organized in two axes: Social Work in Brazil and its typical condition as a female career; and the Social Work pioneers in Pernambuco.

Keywords: Social Work; Professional Formation; Pernambuco.

1. Introdução

Esse artigo pretende fornecer elementos históricos sobre a atuação das assistentes sociais pioneiras do Serviço Social em Pernambuco, considerando sua participação na formação profissional. É patente como tal atuação concorre, sempre de modo mediado, para o processo de renovação do Serviço Social no estado. Destaca-se, na análise, a determinação da condição eminentemente feminina da profissão para suas atribuições e sua inserção subalterna no universo das ocupações de natureza *reprodutivo-social*. Tal estudo assinala a importância de explorar e difundir a história das mulheres pernambucanas que exerceram profissões tipicamente femininas, assim como suas implicações diante da divisão sexual do trabalho.

A compreensão da gênese do Serviço Social no Brasil foi buscada através dos trabalhos de Iamamoto e Carvalho (2014), Martinelli (2010), Cisne (2015) e Netto (2007, 2014). A literatura disponível indica que o Serviço Social se estabelece como profissão a partir da institucionalização da assistência, na afirmação do capitalismo monopolista, constituindo, tal elemento, o caracteriza e o distingue na divisão social (e técnica) do trabalho. A reconstituição dos elementos históricos das assistentes sociais pioneiras em Pernambuco foi possibilitada através do estudo da documentação do acervo da antiga Escola de Serviço Social do estado (ESS/PE), dos Trabalhos de Conclusão de Curso das primeiras turmas e das pesquisas existentes sobre esse tema (GOMES, 1987; PADILHA, 2008; VIEIRA, 1992; UFPE, 1987). Desnecessário nuançar a carência de pesquisas sobre essa realidade e a relevância da análise histórica do Serviço Social a partir da sua constituição como uma profissão hegemonicamente feminina.

Embora imbuído em fornecer elementos empíricos e hipóteses sobre uma realidade regional, esse trabalho pretende ser um contributo na tarefa – ainda por fazer – de elaboração de abordagens abrangentes, inclusivas, do Serviço Social no Brasil – com suas tendências abrangentes, mas igualmente dinamizada por aspectos de desenvolvimento desigual. Na literatura profissional, ainda permanece o quadro sinalizado por Netto (2016, p. 56): “[...] carecemos [...] de uma história (de histórias) do Serviço Social no Brasil que nos ofereça(m), com rigor e precisão possíveis, o inteiro processo dos seus 80 anos que em 2016 se comemoram”. Com efeito, o ponto de partida é o rico trabalho de Iamamoto e Carvalho (2005) que – ainda na avaliação de Netto (2016, p. 55) – “[...] permanece, até hoje, enquanto empreendimento de análise histórica, sem continuidade entre nós”. Inobstante isso, tal trabalho comporta seus próprios limites de reconstrução histórica do Serviço Social no Brasil, dos quais dois são mais evidentes. O primeiro, e mais óbvio, diz respeito a suas fronteiras temporais: ele que acompanha o desenvolvimento da profissão apenas até a década de 1960, fornecendo indicações sinóticas sobre as décadas seguintes nas suas considerações finais. Em segundo lugar, o material empírico e os aspectos da realidade praticamente estão centrados nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, os quais comportam tendências que não podem ser diretamente transplantadas para outras realidades regionais. Essa lacuna nos interessa em particular, posto que o estudo do Serviço Social em Pernambuco nos anos 1940 pode contribuir para explicitar os ritmos desiguais e a diferenciação interna do evoluir da profissão, efetivamente presentes desde sua gênese

no país. Esperamos que o esforço de delimitação necessário para a exposição do tema não tenha implicado em qualquer nuance de abordagem particularista. O interesse propriamente é de colaborar com insumos para apreensão das particularidades do Serviço Social no Brasil. De modo que esse texto supõe e demanda uma articulação com aquelas pesquisas mais abrangentes já realizadas, das quais nossas remissões aqui não puderam deixar de ser apenas indicativas.

2. Serviço Social no Brasil e sua condição de profissão tipicamente feminina

O Serviço Social brasileiro emergiu pela necessidade do Estado – em face das lutas operárias e das sequelas sociais da industrialização-urbanização dos anos 1930 – empreender ações e políticas sociais para mitigação e mistificação dos conflitos políticos, proporcionando instrumentos para o controle e preservação da força de trabalho (CISNE, 2015; NETTO, 2007, 2014;). Isso remonta aos anos iniciais da década de 1930, quando a *Ligas das Senhoras Católicas e a Associação das Senhoras* dão início à preparação de mulheres para trabalhar na assistência preventiva e no apostolado social – episódio vinculado à criação das primeiras Escolas de Serviço Social. Nesse contexto, a criação de instituições públicas que assumiriam a assistência social marca o início da institucionalização da profissão no país (TORRES, 2002). Ao Serviço Social foi reservado o campo de trabalho ligado à família, à mulher, à criança; esferas tradicionalmente atribuídas ao mundo do feminino, assumindo uma característica de serviços no âmbito da ação social (TORRES, 2002).

Cisne (2015) demonstra que o Estado se utiliza da figura da mulher, suas pretensas características, dons e papéis sociais, difundidos ideologicamente pela Igreja Católica, para o controle dos segmentos das classes trabalhadoras e, concomitantemente, responsabilização pelos problemas sociais. Por isso, o Serviço Social se configura, na sua gestação, com fortes traços confessionais, inserindo-se no campo das vocações e missões de servir ao próximo e do cuidado com o outro, adequando-se às funções socialmente imputadas às mulheres pelo patriarcado¹: o casamento e a maternidade.

¹Para Saffioti (2004), o conceito de patriarcado representa um tipo de hierarquia de relação que está presente em todos os espaços sociais e que é uma relação civil e não privada. O patriarcado concede direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, possui uma base material e corporifica-se. Além disso, diz respeito a uma estrutura de poder que tem por base a ideologia e a violência.

A mulher é feita para compreender e ajudar. Dotada de grande paciência, ocupa-se eficazmente de seres fracos, das crianças, dos doentes. A sensibilidade torna-a amável e compassiva. É, por isso, particularmente indicada a servir de intermediária, a estabelecer e manter relações. (KIEHL, 1940 apud IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.182).

À época de sua institucionalização, o Serviço Social encontrou seus quadros profissionais preenchidos pela maioria esmagadora de mulheres, a profissão tem sido demarcada por uma condição de subalternidade técnica e social, o aspecto primordial da subalternidade é a sua institucionalização como profissão feminina (NETTO, 2007). A assistência social foi se constituindo como um espaço de atuação feminina, do mesmo modo que se abria a possibilidade da profissionalização para as mulheres, associada aos papéis conservadores imputados à mulher, sendo, portanto, parte estruturante da divisão sexual do trabalho (CISNE, 2015). Sobre isso, Iamamoto (1999, p. 105) informa um processo contraditório:

Se a imagem social predominante da profissão é indissociável de certos estereótipos socialmente construídos sobre a imagem social da mulher na visão tradicional e conservadora de sua inserção na sociedade, o processo de renovação do Serviço Social é também tributário da luta pela emancipação das mulheres na sociedade brasileira.

A análise da atuação das assistentes sociais pioneiras do Serviço Social em Pernambuco tornam explícito essa contradição presente na trajetória histórica da profissão: ao mesmo tempo em que absorve as mulheres para a composição de quadros profissionais subalternos com funções reprodutivas e reiterativas, as lança para uma interação nova, dinâmica e pública com as instâncias sociais da sociabilidade burguesa que tende a conflitar com os papéis tradicionais colocados para a mulher na esfera privada e da família monogâmica.

3. As pioneiras do Serviço Social em Pernambuco

A emergência do Serviço Social no Brasil desdobra-se no início da década de 1930, a partir da iniciativa de segmentos da burguesia respaldados pela Igreja Católica. No curso desses anos, o acirramento das lutas operárias impele as classes dirigentes no Estado a promover algum nível de intervenção sobre a “questão social”. Onde a montagem de um sistema de instituições sociais que se propunham a solucionar os problemas por meio de programas assistenciais de caráter imediatista, capitaneados por organizações particulares de assistência. O Serviço Social assumiu aí a

tarefa de contribuir para a organização técnica das formas de intervenção nas instituições sociais emergentes (MARTINELLI, 2010; PADILHA, 2008).

Os movimentos católicos leigos foram mobilizados pela Igreja para atuar com os operários. Em São Paulo, o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS) é criado em 1932, a partir da conjunção de esforços da nascente burguesia e setores católicos. Assumia o papel de qualificar agentes para a realização da prática social, sediando o primeiro curso de preparo para o exercício da ação social; sob a denominação de *Curso Intensivo de Formação Social para Moças*, o curso foi ministrado pela assistente social belga Adèle de Loneux, da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas. A clientela desse primeiro curso foi constituída por jovens católicas, algumas já participantes de atividades assistenciais ou militantes de movimentos da Igreja, e todas pertencentes a famílias da burguesia paulista (MARTINELLI, 2010). Esse evento que marcou a etapa inicial da trajetória do Serviço Social no Brasil, deslanchada sob o revelador signo da aliança com a burguesia.

Em 1936, ocorre a criação da primeira Escola de Serviço Social do Brasil, também em São Paulo. Isso marca uma nova etapa na prática da assistência social inspirada pela Ação Católica e a Ação Social. O desenvolvimento da aparelhagem de instituições sociais despertava uma demanda profissional progressivamente mais exigente em termos de qualificação acadêmica, religiosa e técnica. No ano seguinte, o Rio de Janeiro se torna o segundo estado a constituir uma Escola de Serviço Social, o denominado de *Instituto de Educação Familiar e Social*, integrando duas iniciativas: o curso de Serviço Social e o curso de Educação Familiar, respaldados pelo Grupo de Ação Social (GAS). O processo constitutivo do Serviço Social nesse estado ocorreu segundo diversas variantes, pois aí centralizavam-se muitas repartições públicas sob cuja demanda o mesmo se profissionalizou (CASTRO, 2003).

A década de 1940, por sua vez, é marcada pela criação de outras onze unidades de ensino, possibilitando a germinação do Serviço Social pela maioria das regiões: para o *Nordeste*, com as escolas de Recife e Salvador, o *Norte*, com a escola de Manaus, e o *Sul*, com a abertura de cursos em Curitiba e Porto Alegre. Em sua predominância por iniciativa de dioceses, grupos religiosos ou leigos católicos, essa abertura dos cursos manifesta a vinculação íntima entre o Serviço Social no Brasil e a Igreja, desde seu surgimento e a constituição basilar da formação especializada (VIEIRA, 2008).

A cidade do Recife foi precursora do Serviço Social no Nordeste, com a fundação da Escola de Serviço Social de Pernambuco (ESS/PE), em 1940, pelo Juiz de Direito Rodolfo Aureliano – a qual foi extinta e incorporada à Universidade Federal de Pernambuco em 1971. Consiste na terceira Escola de Serviço Social criada no Brasil, precedida pela de São Paulo e a do Rio de Janeiro. Para a criação, seu fundador (e o grupo de apoiadores) contou com as orientações da União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS). O grupo de juristas, médicos e padres, ligados ao Juizado de Menores e ao Círculo Operário do Recife, fundador da ESS/PE, inscrevia-se na ala mais progressista da igreja (e mesmo leiga), com cariz humanista. Avalia Padilha (2008, p. 206) que os quadros de base humanista, cristã e liberal que conformaram o grupo fundador da ESS/PE expressavam uma tendência progressista, em alguma medida colidente com o regime autoritário do *Estado Novo* e suas forças em nível estadual – inobstante as afinidades reinantes com a Ação Católica e a decorrente perspectiva conservantista.

À princípio, a direção e o ensino ficaram sob responsabilidade de juristas, médicos e padres. Mas concomitante a esse início do funcionamento, ocorreu o intercâmbio de três alunas para o Instituto Social no Rio de Janeiro, a fim de se prepararem para a profissão, e assumirem a ESS/PE no seu retorno – foram elas Maria de Lourdes Almeida de Moraes, Maria Dolores Cruz Coelho e Hebe Gonçalves. Em 1940, a turma de abertura do curso foi composta por quinze mulheres. Porém, somente seis anos depois formou sua primeira assistente social, Maria da Glória de Andrade Lima, a qual integraria, já em 1947, o corpo docente da ESS/PE. É de Maria da Glória, portanto, o primeiro trabalho sistematizado da prática do Serviço Social em Pernambuco, relativo à atuação da então estudante no movimento dos Círculos Operários no Recife, aproximadamente entre 1944-1946 – referimo-nos à monografia da concluinte da ESS/PE, intitulada *Uma experiência de Serviço Social junto aos Círculos Operários*, datada de 1946.² Uma parte dos próprios fundadores da ESS/PE – Rodolfo Aureliano e Luiz Delgado, por exemplo – fazia parte dos Círculos, inclusive através da inserção nas instâncias representativas do movimento. A inserção do Serviço Social vai ocorrer no movimento circulista, em 1944, com a escolha, de uma das alunas concluintes, de entrada no campo de estágio nos Círculos Operários do Recife – Núcleo

² Uma análise desse trabalho pode ser encontrada em Gomes (1987).

Prado, desenvolvendo a atividade assistencial e doutrinário-moralizadora (remetendo-se inclusive as práticas do Serviço Social de Grupo) nesse espaço (GOMES, 1987).

Há um fortalecimento das matérias específicas do Serviço Social no curso – inclusive com a adoção do viés comunitário – após o retorno das alunas, entre 1944 e 1948³. No início, o currículo apenas contava com uma específica, a de *Assistência Social*, cujos conteúdos encontravam-se relacionados ao Serviço Social de Casos (VIEIRA, 1992, p. 142). Na segunda metade da década – já de volta as assistentes sociais formadas no Rio de Janeiro – ao lado do reforço das matérias de caráter doutrinário, foi aperfeiçoada a parte específica da formação: a anterior *Assistência Social* sendo substituída por *Serviço Social*; em 1948, inicia-se a *Organização Social de Comunidades, Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupo*; e, em 1950, se incorpora as disciplinas *Serviço Social do Trabalho e Serviço Social de Menores*. De outra parte, alunas formadas nas primeiras turmas tiveram grande importância para a consolidação do ensino e da gestão da Escola, como Maria Hermina de Lyra. Por ter sido aproveitada precocemente como colaboradora no ensino teórico e prático, tornou-se docente efetiva e, por alguns anos, ocupou também a posição de vice-diretora (MORAES, 1990). É a partir dessa nova composição, que Maria de Lourdes Almeida de Moraes, na função de diretora, relata as mudanças ocorridas na ESSPE:

Assim, a nossa Escola entrou em uma nova fase: contava, então, [...] com as disposições de espírito que se renovam, mesmo continuando a enfrentar a falta de recursos financeiros e deficiência numérica de pessoal. Então, de mãos dadas, assim com Dr. Rodolfo fez com seus companheiros para a fundação – nós, isto é, Dolores, Dr. Rodolfo, eu, alunos vindos dos primeiros tempos – procuramos iniciar a “reforma” da Escola (MORAES, 1990, p. 17-18).

São esses quadros docentes e discente que, na sequência, protagonizam os esforços para a profissionalização em nível estadual – aos quais associam-se as iniciativas de fazer avançar esse processo em nível nacional. *A profissionalização*

³Em abril de 1942, matricularam-se no Instituto Social do Rio de Janeiro Maria de Lourdes Almeida de Moraes e Maria Dolores Cruz Coelho. A primeira, havendo concluído seu curso em dezembro de 1943, com a apresentação de um trabalho sobre "Escola de Serviço Social – seus princípios e meios de traçar os seus fins". Retornou a Recife em fevereiro de 1944, tendo sido nomeada, nessa ocasião, diretora da Escola. Em 1945, quando a Escola muda-se para a nova sede, adquirida através de doativo da *Legião Brasileira da Assistência* (LBA), Maria Dolores conclui seu curso no Instituto Social com a apresentação de um trabalho sobre "Métodos de Pesquisa em Serviço Social", regressando à Escola a fim de se ocupar da supervisão dos trabalhos práticos dos alunos. Após 1948, também retorna do Rio de Janeiro Hebe Gonçalves, formada no Instituto Social do Rio de Janeiro, assumindo o ensino de *Organização Social da Comunidade, de Serviço Social de Grupo e de Serviço Social Médico*, além da supervisão de estágio de numerosos alunos.

supõe o reconhecimento abrangente – pelo Estado em suas diversas esferas – do Serviço Social enquanto campo profissional, e do portador do diploma de assistente social como legítimo e exclusivo agente com capacidade e competência para desenvolver as atribuições relativas à área em questão. Portanto, com o direito de reclamar o Serviço Social como sua esfera privativa de inserção no mercado da força de trabalho. Além da conquista de uma legislação voltada à regulamentação do Serviço Social de larga abrangência, a existência de entidades para fiscalização do exercício e defesa corporativa, a *profissionalização* envolve processos também amplos de normatização e padronização dos critérios de ensino (superior) e das agências de formação (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005; NETTO, 2013, 2004, 2005, 1996). Nesse aspecto, o Serviço Social em Pernambuco não destoa do que ocorria em nível nacional. O caráter necessariamente abrangente das regulamentações e normatizações do estágio de *profissionalização* requer uma legislação federal que equaliza esse processo entre todos os estados.

Como resultado, ainda na década de 1940 verifica-se uma Lei Estadual, nº 427, de 31 de dezembro de 1948, criando cargos isolados de Assistentes Sociais. E na entrada da década seguinte outra legislação fornece um reconhecimento mais amplo. Em primeiro lugar, com a criação de outra Lei Estadual, em 14 de dezembro de 1950, nº 965, que dispõe sobre as nomeações para os cargos de Assistentes Sociais a serem criados pelo estado e suas autarquias. Nesse caso, a orientação e execução de trabalhos que integram as atividades específicas de Serviço Social passaram a constituir a carreira de “Assistente Social” nas repartições de Pernambuco (ou seja, nas autarquias instituídas pelo estado e as organizações por ele subvencionadas). A partir daí, as nomeações para os cargos foram condicionadas ao porte do diploma de “Assistente Social” – ainda podendo ser admitidos como contratados alunos da ESS/PE, exigindo-se, nesse caso, a conclusão do curso no prazo regulamentar. Essa legislação repercutiu na dinâmica da ESS/PE, em especial com aumento das matrículas, nos anos 1950, e a mobilização para a finalização dos cursos e a diplomação. Poucos anos depois se firmaram marcos legais, referentes à constituição de normas e agências para uma padronização e racionalização do ensino em nível nacional (Lei 1.889 de 13.06.1953 e o Decreto 35.311, de 02.04.1954), e ao reconhecimento do exercício profissional (Lei 3.252, de 27.08.1957, que confere monopólio do exercício aos portadores do diploma; e o Decreto Lei 994, de 15.05.1962, que regulamenta a Lei). Outra iniciativa que

repercutiu na dinâmica de matrículas e diplomações em nível estadual, também conforme o gráfico anterior sugere.

A tendência de fortalecimento dos conteúdos laicos e científicos na formação, ao lado do adensamento de componentes vinculados a abordagem comunitária, recebeu grande ímpeto com a aprovação do primeiro currículo mínimo para os cursos de Serviço Social, em 1953-1954 (nas próximas sessões trataremos mais da padronização do ensino). Além de uma esterilização em face das disciplinas religiosas, existe, no currículo mínimo, a obrigatoriedade das disciplinas de *Introdução ao Serviço Social*, *Serviço Social de Casos* e *Serviço Social de Grupo*, na primeira série; a exigência da disciplina de *Organização de Social de Comunidade* (nas 2ª e 3ª séries), e de *Administração de Obras Sociais* (na 3ª série); ademais de um conjunto de outras cadeiras específicas (VIEIRA, 1992, p. 1145-146). Ao institucionalizar-se, a formação deixou de ter como componente obrigatório, constitutivo da profissão, a orientação católica. Com um currículo mínimo de caráter modernizador, a persistência dos conteúdos de natureza católico-doutrinária nas décadas seguintes dar-se-ia pela via do currículo pleno. A ESS/PE – que havia antecipado a adoção de alguns componentes – assume, já em 1953, esse novo currículo, embora garantindo a formação doutrinária, da formação plena, através das disciplinas de *Religião*, *Doutrina Social*, e de um *Seminário de Formação* com caráter de monitoramento moral-pedagógico (VIEIRA, 1992, p. 147).

Com efeito, é esse grupo de mulheres que capitanearia as articulações para o reconhecimento do Serviço Social no estado, além do trabalho de aperfeiçoamento da formação especializada, que teria como consequência a modernização dos conteúdos, com repercussão para a erosão da dimensão doutrinária. Veja-se, por exemplo, o desenvolvimento de um intercâmbio da ESS/PE com professores e profissionais estrangeiros (norte-americanos e europeus) na década de 1950, a partir dos termos do Acordo Ponto IV. Isso resultou em diversas ações: em 1953, a visita de Rose Alvernaz para discutir Serviço Social de Menores; em 1954, a concessão de bolsa de estudos para Maria Dolores Coelho, da ESS/PE, estudar Cooperativismo na Dinamarca; em 1955, a exposição das atividades da Conselheira de Bem Estar do *Instituto de Assuntos Interamericanos do Ponto IV*, Lavínia Keys; ainda em 1954, a visita das diretoras da UCISS para discutir a Ação Social na Bélgica e as atividades da entidade; no mesmo ano, a promoção de um curso sobre Serviço Social de Grupo, por parte de Miss Catherine Jennings, patrocinada pelo Ponto IV – este contando com 182 alunos, entre

professores, supervisores, estudantes e pessoal de obras de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará; no ano seguinte, há um retorno de Miss Jennings, com apoio de Lavínia Keys do Ponto IV, para complementação do curso, e, posteriormente, uma conferência sobre Cooperativismo com o Padre Peter Nearing, do Canadá. Durante o período, houve também uma intensa visitação de nomes nacionais: Alceu Amoroso Lima (1956), Balbina Ottoni Vieira (1956), Giovana Xavier (1958), Sarah Fiúza (1959), Maria Augusta Albano (1960), dentre outros (VIEIRA, 1992, p. 152).

Pense-se, também, quando as próprias Escolas de Serviço Social do Nordeste tentam se projetar para a conquista dos espaços profissionais nos órgãos de desenvolvimento. No *I Encontro das Escolas de Serviço Social do Nordeste* (1963), a articulação então ocorrida para a garantia da presença da SUDENE – na figura do seu Diretor do Departamento de Recursos Humanos, a convite de professores de Pernambuco – significava a busca pela legitimidade nessa esfera, visando, inclusive, meios de sustentação financeira das unidades de ensino. Nesse aspecto, foi tão frutífero o episódio, que o Diretor, inicialmente desacreditado na possibilidade do Serviço Social contribuir com o desenvolvimento regional, alterou sua visão, e iniciou-se um processo de inter-relacionamento das Escolas com a SUDENE. Daí a criação de um *Departamento de Ação Comunitária* no órgão, em 1965, com a participação de assistentes sociais (VIEIRA, 1992, p. 185-186) (e esse busca de adesão ao desenvolvimentismo, pelas Escolas, se aprofunda no II Encontro do Nordeste).

Por outro lado, com o acirramento das lutas progressistas e das esquerdas em Pernambuco no curso dos anos 1950, também esses quadros da ESS/PE se envolvem diretamente em iniciativas significativas. Na fase de maior radicalização, com influência de vieses desenvolvimentistas nacionalistas e reformadores. Um exemplo é o vínculo da ESS/PE com o *Movimento de Cultura Popular de Pernambuco* (MCP), no início dos anos 1960. Em específico o trabalho de uma aluna, Zaira Ary, orientada pela professora Dolores Cruz Coelho, na localidade Poço da Panela, durante a fundação do primeiro Centro de Cultura Popular do Recife em 1962 (Círculo de Cultura Dona Olegarina)⁴. Nesse momento, não apenas Paulo Freire era professor da ESS/PE, mas também outros fundadores do MCP (PADILHA, 2008, p. 230). Padilha (2008) afirma que as práticas dialógicas, inspiradas nas aulas e trabalhos de Paulo Freire, foram

⁴Trata-se do TCC de Zaira Ary, intitulado *Uma Experiência de Educação Popular: Centro de Cultura Dona Olegarina*. O trabalho foi desenvolvido durante um ano (novembro de 1961 a novembro de 1962) e teve a supervisão de Maria Dolores Cruz Coelho.

aplicadas, ademais, em projetos de desenvolvimento de comunidade nos bairros do Recife, Olinda, Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes e outras cidades interioranas.

4. Considerações finais

Diante da explanação, percebe-se, portanto, o entendimento de que o Serviço Social promove um processo contraditório como profissão feminina, colocando-se como atividade subalterna, e, ao mesmo tempo, impelindo as mulheres para o espaço público. Com isso, cria-se um deslocamento das formas tradicionais de participação feminina na sociedade, onde o acesso ao trabalho se vincularia ao desempenho de seus tradicionais papéis no espaço privado.

Isto é, a formação profissional do Serviço Social, por ter sido constituída historicamente como um espaço de atuação feminina, inclusive como um complemento à vida familiar e doméstica, também se destaca como uma possibilidade de profissionalização para as mulheres, ainda que vista como um cumprimento do seu papel e imputada como uma responsabilidade para a sociedade. Como aborda Cisne (2015), essa marca feminina presente na história do Serviço Social não é endógena, mas resultante das relações que estruturam a divisão sexual do trabalho, onde, não apenas assistentes sociais se inserem, mas todas as profissões consideradas femininas.

Referências

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 2ª ed. São Paulo: Outras expressões, 2015.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14ª ed. São Paulo, Cortez, 1999.

_____. CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 40ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação**. 15ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MORAES, M. de L. Os Primórdios, Fundação, os Primeiros Tempos da Escola de Serviço Social de Pernambuco. In: **Cadernos de Serviço Social**. A Trajetória do Ensino de Serviço Social em Pernambuco. Em comemoração aos 50 anos de ensino de Serviço Social. Edição Especial. Anais do Seminário. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Mestrado em Serviço Social, 1990.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, M. L. de O. (Org.). **Serviço Social no Brasil**: História de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo, Cortez, 2016. p. 49-77.

PADILHA, H. M B. **História da Escola de Serviço Social de Pernambuco**: uma análise do projeto ideopolítico em articulação com a realidade pernambucana e brasileira dos anos 30 a 70 do século XX. Recife, 2008. 430 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1991.

TORRES, I. C. **As primeiras-damas e a assistência social**: relações de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002.

VIEIRA, A. C. de S. **Ensino do Serviço Social no Nordeste**: entre a Igreja e o Estado. São Paulo, 1992. 249 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1992.

_____. Serviço Social em Pernambuco: particularidades da formação e inserção profissional dos anos 1940 aos 1980. **Serviço Social e Sociedade**, v. 95, p. 77-96, 2008.

Anais do 7º Encontro Internacional de Política social e 14º Encontro Nacional de Política Social ISSN 2175-098X